



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: REFLEXÕES SOBRE SEU PROCESSO HISTÓRICO

Autora: Cristina Valentim Lira; Orientador: Joseval dos Reis Miranda

Universidade Federal da Paraíba, cristina.lira1@gmail.com

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), enquanto modalidade de Educação Popular desde o seu surgimento apresentou diversos desafios principalmente por ser reconhecido apenas como uma alternativa para “acabar” com a “mancha negra” em nossa sociedade, que seria o analfabetismo.

Mesmo sendo criada para tentar sanar o analfabetismo no Brasil, esta modalidade de ensino não teve prioridade, sendo tratada apenas como uma política para suprir a perda da escolarização na idade certa. Desta forma surgiu a inquietação de como decorreu seu processo histórico no Brasil, e os avanços ou retrocessos na Educação de Jovens e Adultos nos dias atuais.

A primeira vez que a Educação de Jovens e Adultos começou a mostrar sua importância foi com a implantação da Lei 9.394, de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no artigo 37) que garantiu o acesso e a continuidade dos estudos àqueles que não tiveram a oportunidade em idade considerada ideal.

Com a constante evolução da sociedade, junto dela também as necessidades da população vem se transformando, juntamente as necessidades de cada indivíduo no âmbito familiar, do trabalho em sua vida em si.

Esta modalidade de ensino a Educação de Jovens e Adultos tem especificidades em seu método de ensino até mesmo em relação à qualificação de seus educadores. A Educação de Jovens e Adultos veio como meio de inclusão nas camadas mais populares, assim podendo participar da vida pública como ter o direito ao voto, ressaltando que no decorrer deste artigo iremos ver que esse direito ao voto não tinham a intenção de tornar o educando da EJA em um ser crítico, mas sim em um indivíduo controlado.

Porém a qualidade da Educação de Jovens e Adultos ainda passa e necessita passar por mais adequações para ser de fato mais do que um programa para apenas aumentar os índices de alfabetização no país, mas sim, tornar o indivíduo que busca essa modalidade tornando um ser



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

crítico, capaz de produzir que seja um cidadão preparado para interagir com as demandas da sociedade atual.

Dado o contexto, os objetivos deste artigo é analisar como ocorreu o processo histórico da EJA no Brasil, Este artigo foi fundamentado com base nos pensamento e reflexões de alguns autores como Jaqueline Ventura, Vanilda Paiva, Eliana Lopes, Clara Eiterer e João Reis, que deu subsidio para alcançar os objetivos proposto.

Metodologia

Este estudo caracteriza como uma pesquisa de natureza qualitativa e como instrumento de coleta de dados, deu-se pela análise documental e bibliográfica, onde as informações obtidas puderam ser analisadas. Segundo (Cellard 2008, *apud* Ibid, p.38), “a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse”. Os documentos são uma fonte que não podem ficar menosprezada, pois fornecem informações e fundamentam todos os dados recolhidos durante todo o processo de pesquisa, esta pesquisa ocorreu no periodo 09 de Maio de 2016 à 01 de Junho de 2016.

Resultados e Discursão

A educação de jovens e adultos é uma preocupação social antiga, começou a ter espaço para discussões e reflexões a partir da constituição de 1934 que estabeleceu a criação de plano de educação, que apontava pela primeira vez que era dever do estado a educação de adultos.

Uma reconstrução histórica torna-se necessário, já que nos remete a elementos que demonstra as variações ocorridas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) que atende aqueles que por algum motivo não conseguiu concluir seus estudos na idade certa. Desta forma,

[...] o desafio da expansão do atendimento na educação de jovens e adultos já não reside apenas na população que jamais foi à escola, mas se entende àquela que frequentou os bancos escolares, mas neles não obteve aprendizagens suficientes para participar plenamente da vida econômica, política e cultural do país e a seguir aprendendo ao longo da vida (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 126 *apud* EITERER; REIS 2009 p. 181).

Eiterer e Reis (2009) nos remete que a educação de jovens e adultos é algo que vem sendo trabalhado desde a época da colonização com os jesuítas que,

[...] além de difundir o evangelho, trás educadores transmitiam normas de comportamento e ensinavam os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, inicialmente aos



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

índigenas e, posteriormente, aos escravos negros. Mais tarde, encarregaram-se das escolas de humanidades para os colonizadores e seus filhos (EITERER; REIS 2009 p. 182).

Com o início da década de 1940 ocorreram iniciativas que favoreceram a educação pra adultos como a criação e regulamentação do Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP), a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), os primeiros passos para a implantação dos Supletivos, o lançamento da Campanha de Educação e Adolescentes e Adultos (CEAA), esse conjunto de medidas impulsionou para que a educação de adultos torna-se uma questão nacional para a sociedade.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, Ventura (2001) nos remete que houve grandes mobilizações principalmente incentivadas pela então recém-criada a Organização das Nações Unidas (ONU) para a alfabetização de adultos. Chamadas de campanhas houve uma concentração maior em países com maior parte da sua população de baixa renda ou abaixo da linha da pobreza.

No Brasil também houve algumas Campanhas de alfabetização e as principais surgiram em 1947 quando o MEC criou a Campanha de Educação de Adolescente e Adultos (CEAA) que seria “uma autêntica campanha de salvação nacional: uma nova abolição” (PAIVA, 2003 p. 207) que possuía dois véis: o plano de ação extensiva, ou seja, alfabetização em massa, e o plano de ação em profundidades que seria capacitar profissionalmente e a atuação junto a sociedade. O CEAA não tinha apenas como objetivo simplesmente alfabetizar, mas aprofundar o trabalho educativo.

O I Congresso nacional de Educação de Adultos serviu para refletir o os avanços e retrocessos que havia na educação de adultos “o congresso serviu para exposição dos trabalhos educativos destinados a adultos, realizados nos diversos estados e a troca de experiências e ideias sobre o assunto” (PAIVA, 2003 p. 216). Com todos os trabalhos, discussões que ocorreram no I Congresso Nacional de Educação foram de suma importância já que:

As conclusões do congresso transformaram-se na sugestão para que fosse elaborada uma lei orgânica de educação dos adultos abrangendo não somente o ensino supletivo, mas também os cursos de continuação e aperfeiçoamento, colocando como ideal a ser atingido a criação de Universidades populares oficiais ou privadas (PAIVA,2003 p. 216).

Nas discussões de acordo com Paiva (2003) a grande preocupação com a qualificação dos professores que trabalhariam no ensino supletivo destinado para adultos além do material didático que seria utilizado adequado para adultos sem infantilizações fora que a preocupação desde material estar ligado a vida da comunidade.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Em 1958 ocorreu o II Congresso Nacional de Educação de Adultos seus “Anais são efetivamente o único documento que nos permite observar amplamente até onde havia chegado o desgaste da CEAA” (PAIVA, 2003 p. 221), foram discutidos a importância da educação para adultos para extinguir ou amenizar os problemas sócios econômicos, além de discutir novas diretrizes sobre a educação destinada para adultos.

[...] discutiu-se o importante papel da educação de adultos na solução dos problemas criados pelo desenvolvimento econômico e a necessidade de encontrar novas diretrizes para a mesma. A realização desse encontro, como culminância das Campanhas iniciadas em 1947, destaca-se como um marco importante do período, caracterizado pela constituição de um *lócus* próprio para a Educação de Jovens e Adultos (VENTURA, 2001, p.5).

Com o fracasso da CEAA, surgiram outros programas voltados para alfabetizar a população brasileira como o MOBREAL. O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que ocorreu na década de 1970 pelo regime militar, com objetivo de erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos.

O Mobral propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida (MENEZES, 2001 p. 229).

O Movimento iniciou suas atividades com o compromisso de dedicar-se à alfabetização de adultos, mas tornou-se uma superestrutura, expandindo-se por todo o país no final da década de 1970 e ampliando o seu campo de atuação às quatro primeiras séries do Ensino Fundamental. Menezes (2001) traz que as metas iniciais previstas, no entanto, ficaram longe de serem atingidas.

De acordo com Menezes (2001) a ideia do Mobral encontra-se no contexto do regime militar no Brasil, iniciado em 1964, cujo governo passa a controlar os programas de alfabetização de forma centralizada. Até então, duas décadas antes, a reflexão e o debate em torno do analfabetismo no país convergiam para a consolidação de um novo modelo pedagógico. Nesse modelo,

[...] o analfabetismo era interpretado como efeito de uma situação de pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária e, sendo assim, a educação e a alfabetização deveriam partir de um exame crítico da realidade existencial dos educandos, da identificação das origens de seus problemas e das possibilidades de superá-los (MENEZES, 2001 p. 234).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) sofreu uma grande baixa, começou a perder gradualmente seus direitos já conquistados, ou seja, “o discurso da inclusão que vinha sendo crescente até aquele momento, passou a ser substituído pelo discurso da exclusão, do



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

estabelecimento de prioridades, com restrição de direitos” (HADDAD, 1997, p. 109 *apud* EITERER; REIS, 2009, p. 183). Isso ocorreu porque o poder público e principalmente a União, tinham como ideia para o fim do analfabetismo o investimento apenas na escolarização de crianças e jovens em idade escolar.

Com o governo Lula (de 2002 a 2010) houve avanços no âmbito da educação de jovens e adultos. Essa modalidade de ensino entrou na lista de prioridades governamentais de acordo com Eiterer e Reis (2009), juntamente com os programas emergenciais de erradicação da pobreza como por exemplo, o Fome Zero.

Eiterer e Reis (2009) traz que a uma tensão em volta da Educação de Jovens e Adultos, por ela vim da tradição de educação popular, que vem com elementos libertários e poucas normas e regulamentações, em contra partida a escolarização é necessariamente reguladora, ou seja, a EJA vem de uma educação não formal ligada diretamente ou indiretamente à movimentos populares.

Com a oferta da EJA nas escolas surgiu um contraponto: as escolas teriam que abraçar a EJA uma modalidade de ensino que vem com a influência dos movimentos sociais e ao mesmo tempo a própria escola oferece o ensino dito como regular, uma causa dessa tensão que está entranhada na EJA é a hierarquização na política pública em educação. “O estado como gestor das políticas educacionais, tem estabelecido tais políticas de forma endógena, envolvendo, em sua elaboração, a cúpula do Ministério da Educação e das Secretárias Estaduais e Municipais de Educação” (EITERER;REIS, 2009, p. 188). Arroyo (2006) traz em seu discurso que para uma educação e formação de adultos com eficácia torna-se necessário seguir o modelo de educação popular,

“[...] a EJA nunca foi algo exclusivamente do governo ou do sistema educacional, pelo contrário sempre se espalhou pela sociedade. A EJA sempre fez parte da dinâmica mais emancipatória; [...] se vincula muito mais aos processos de emancipação do que aos de regulação (ARROYO, 2006, p. 19 *apud* EITERER; REIS, 2009, p. 188).

Assim, chegamos em pleno século XXI com um considerável número de analfabetos e que segundo dados do MEC (2000) no Brasil, há cerca de 14,6 milhões de cidadãos que não sabem ler e escrever. Algo inadmissível, diante de um contexto social em que novas competências são determinantes num mercado de trabalho cada vez mais exigente. Um país sem analfabetos, evidentemente é um país muito melhor.

O desafio imposto para a EJA na atualidade se constitui em reconhecer o direito do jovem/adulto de ser sujeito, de acordo com Lopes (2000) mudar radicalmente a maneira como a EJA é concebida e praticada, buscar novas metodologias, considerando os interesses dos jovens e adultos, pensar



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

novas formas de EJA articuladas com o mundo do trabalho, investir seriamente na formação de educadores e renovar o currículo interdisciplinar e transversal, entre outras ações, de “forma que esta passe a constituir um direito, e não um favor prestado em função da disposição dos governos, da sociedade ou dos empresários”(LOPES, 2000, p.209).

A Educação de Jovens e Adultos houve diversos avanços e alguns retrocessos ao longo da história, porém ainda falta muito para a EJA ter uma estrutura para uma educação de qualidade, desde as leis que a subsidie até a qualificação dos professores desta modalidade.

Conclusão

A Educação de Jovens e Adultos vem sendo ao longo dos anos um tema de destaque na agenda do governo brasileiro, hora com intenções políticas das elites, hora de maneira compensatória (fato ainda presente no século XXI), hora com uma preocupação em reconhecer o direito a uma educação de qualidade para os sujeitos específicos dessa modalidade. No entanto, é fundamental que a retórica ceda lugar à prática o mais rápido possível, pois, apesar dos esforços atuais, é inegável que há muito trabalho a ser feito.

Neste contexto fica claro que a educação no âmbito geral tem uma grande interferência econômica, principalmente a Educação de Jovens e Adultos, pois os poderes públicos buscaram dotar sistemas educativos que tenham maior eficiência para resolver o problema do analfabetismo e ao mesmo tempo seja de baixo custo para os cofres público.

Referências Bibliográficas

EITERER; REIS, **Educação de jovens e adultos: entre regulação e mancipação**. IN: **Educação e seus atores**: experiências, sentidos e identidades, Belo Horizonte; Autêntica editora, 2011.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/>>. Acesso em: 24 de abr. 2016 as 23:34.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 2003.

VENTURA, Jaqueline P. **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil: revendo alguns marcos históricos**. Capítulo II da Dissertação O PLANFOR e a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores: a subalternidade reiterada. Educação da Universidade Federal Fluminense. 2001. Disponível em: <http://www.uff.br/ejatrabalhadores/artigos/educacao-jovens-adultos-trabalhadores-revendo-marcos.pdf> Acessado em: 09/08/2016 as 09:46.